CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

EUA avaliam próximos passos contra o Brasil após Trump questionar eleições

■ **Os Estados Unidos ainda calculam os próximos passos em relação ao Brasil após o presidente Donald Trump declarar que as eleições entre Lula e Flávio Bolsonaro pareceram fraudadas e corruptas. A declaração foi a primeira manifestação pública do chefe de Estado norte-americano sobre o resultado da disputa presidencial brasileira.**

■ Nesse cálculo feito por Washington, também entra a nova ofensiva do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), contra Flávio Bolsonaro.

■ **Nesta segunda-feira (26/10), um dia após a eleição, o senador teve seus passaportes, inclusive o diplomático, apreendidos pela Polícia Federal por determinação de Moraes.**

■ O ex-estrategista-chefe da Casa Branca Steve Bannon já defende abertamente o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. Bannon classificou a eleição presidencial brasileira como um "roubo".

ALAN SANTOS/PR

Trump volta a pressionar o Brasil

■ **O ex-assessor defendeu que o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, e o próprio Donald Trump anunciem publicamente a ruptura das relações diplomáticas, o que abriria margem para a aplicação de novas sanções.**

DECISÃO DE ZANIN CHAMA ATENÇÃO DA CASA BRANCA

■ Outro episódio que chamou a atenção da Casa Branca foi a decisão do ministro Cristiano Zanin, do STF, de estender o horário de votação no Brasil.

■ **Zanin, que foi advogado de Lula antes de chegar ao Supremo, atendeu a um pedido do próprio presidente para ampliar o período de votação. A decisão também entrou no radar de Washington em meio às avaliações sobre os próximos passos dos Estados Unidos em relação ao Brasil.**

Vice-líder do governo Lula pede a Moraes nova investigação contra Flávio Bolsonaro

■ **O deputado federal Rogério Correia (PT), vice-líder do governo Lula na Câmara, pediu ao ministro Alexandre de Moraes (STF) a abertura de uma nova frente de investigação contra o senador Flávio Bolsonaro (PL). O pedido envolve um suposto contrato de consultoria jurídica que prevê o pagamento de 15 bitcoins ao parlamentar por uma empresa ligada à Atlas Quantum, acusada de provocar prejuízos de aproximadamente R$ 7 bilhões a investidores.**

■ A representação solicita que a Polícia Federal (PF) investigue a autenticidade do contrato e rastreie as movimentações financeiras relacionadas ao documento. O deputado também pede que os fatos sejam examinados no âmbito de um inquérito já relatado por Moraes, que apura suspeitas de crimes financeiros envolvendo Flávio e o advogado Willer Tomaz de Souza.

■ **Segundo a petição, o contrato teria sido firmado em 1º de outubro de 2019 entre Flávio Bolsonaro e a Godsuar Sociedad Anónima, empresa uruguaia controlada por Rodrigo Marques dos Santos, fundador da Atlas Quantum.**

■ O documento prevê que o senador prestasse serviços de consultoria jurídica relacionados a questões regulatórias e societárias de empresas do grupo, incluindo procedimentos perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em contrapartida, receberia 15 bitcoins, equivalentes a aproximadamente US$ 125 mil na época, o equivalente a cerca de R$ 520 mil.

■ **O contrato também estabelece sigilo de dez anos sobre sua existência, as condições de pagamento e as carteiras digitais utilizadas nas transações. O descumprimento da cláusula resultaria em multa de dez bitcoins.**

■ A Atlas Quantum captava recursos de investidores com a promessa de rendimentos obtidos por operações automatizadas com criptomoedas. Em 2019, a CVM determinou a suspensão de suas ofertas. O caso resultou em investigações sobre um esquema que teria provocado prejuízos estimados em R$ 7 bilhões.

■ **A autenticidade do contrato atribuído a Flávio, no entanto, ainda não foi comprovada. A própria representação reconhece inconsistências no material, incluindo diferenças na formatação das páginas e divergências entre os valores previstos e as movimentações identificadas na carteira digital.**

■ O deputado solicita que a Polícia Federal realize exames documentoscópicos e grafotécnicos para verificar se as assinaturas são verdadeiras. Caso seja constatada falsificação, pede que os responsáveis pela produção e divulgação dos documentos sejam identificados.

MANSÃO TAMBÉM ENTRA NO PEDIDO

■ **Rogério Correia também pede que a PF investigue possíveis relações entre a Atlas Quantum e a mansão adquirida por Flávio Bolsonaro no Lago Sul, em Brasília. O pedido ocorre porque o suposto contrato, datado de 2019, apresenta como endereço do senador o imóvel cuja compra foi formalizada apenas em 2021.**

■ O deputado solicita a análise dos registros imobiliários e dos comprovantes de pagamento para verificar se há alguma relação entre a aquisição da mansão e integrantes do grupo Atlas. Também pede o rastreamento das transações em criptomoedas e a análise de informações fiscais do senador.

■ **A representação destaca ainda que Flávio integrava a Mesa Diretora do Senado na época do suposto contrato, condição que o impedia de exercer a advocacia. O deputado aponta possíveis crimes, como corrupção passiva, tráfico de influência e lavagem de dinheiro, caso as suspeitas sejam confirmadas.**

Mendonça rejeitou ataques a Lula em direito de resposta de Flávio, revela ação no STF

■ **O ministro André Mendonça (TSE) rejeitou um texto de direito de resposta apresentado pela campanha de Flávio Bolsonaro (PL) que continha ataques ao presidente Lula. A informação consta de uma ação apresentada ao STF pelo deputado federal André Janones (Rede), que questiona a decisão de conceder uma nova oportunidade para a campanha reformular o conteúdo.**

■ Em 22 de outubro, o TSE reconheceu o direito de resposta de Flávio, mas determinou a reformulação do texto apresentado. A nova versão foi posteriormente homologada pela Justiça Eleitoral. A ação de Janones no STF questiona a concessão de novos prazos para a apresentação da resposta.

■ **A disputa teve início após Janones publicar, em setembro, um vídeo no Instagram afirmando que um eventual governo Flávio Bolsonaro poderia reduzir o valor das aposentadorias e desvincular os benefícios previdenciários do salário mínimo.**

■ Segundo a ação apresentada por Janones, dos nove parágrafos da resposta elaborada pela campanha de Flávio, oito tratavam de temas sem relação direta com a controvérsia sobre aposentadorias. Entre os conteúdos estavam ataques a Lula, referências a condenações judiciais do petista e manifestações de propaganda eleitoral.

■ **A defesa do deputado afirma que 88,9% do texto apresentado pela campanha de Flávio não tinha relação com o objeto da ação. Apenas um parágrafo abordava a manutenção da vinculação das aposentadorias ao salário mínimo.**

■ Apesar de reconhecer a inadequação do material, Mendonça concedeu um novo prazo de 24 horas para que a campanha de Flávio apresentasse outra versão da resposta.

■ **Os advogados de Janones sustentam que a concessão de sucessivas oportunidades para corrigir o texto contrariou entendimentos anteriores do próprio TSE e prejudicou o direito de defesa.**

■ A reclamação também argumenta que o vídeo original de Janones já havia sido retirado das redes sociais por determinação judicial em 14 de outubro, o que tornaria desproporcional a imposição de uma resposta adicional.